

SISEMA

**Sistema Estadual de Meio Ambiente e
Recursos Hídricos**

1º REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM DE 2017

16 de março de 2017

Pauta da 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM

1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.
2. Abertura pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do Conselho de Administração do Igam, Dr. Jairo José Isaac.
3. Comunicados dos Conselheiros.
4. Exame da Ata da reunião realizada em 13/04/2016.
5. Exercício financeiro do IGAM em 2016. Apresentação: Fernanda Roveda.
6. Nova Organização Administrativa do Igam. Apresentação: Dra. Maria de Fátima Chagas.
7. Planejamento e projetos do Igam para 2017. Apresentação: Fernanda Roveda e Dra. Maria de Fátima Chagas.
8. Assuntos gerais.
9. Encerramento.

Belo Horizonte, 16 de março de 2017



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

1 Aos vinte e três dias de abril de dois mil e dezesseis reuniu-se o Conselho de
2 Administração do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, para a
3 Reunião Ordinária ocorrida à Rua Espírito Santo Nº 495 - 4º andar – Plenário
4 - Centro de Belo Horizonte. Participaram os seguintes Conselheiros titulares
5 e suplentes: Presidente do Conselho de Administração, Secretário de Meio
6 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em exercício, **Nalton Sebastião**
7 **Moreira da Cruz**; Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas,
8 **Maria de Fátima Chagas Dias Coelho**; Secretaria de Estado de
9 Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, **Altamir de Araújo Roso**
10 **Filho**; representado pelo **José Guilherme Ramos**; Superintendente de
11 Planejamento, Orçamento e Finanças da Semad, **Fernanda Roveda**
12 **Lacerda Costa**; Diretor de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de
13 Gerenciamento de Recursos Hídricos do Igam, **Breno Esteves Lasmar**;
14 Diretor de Planejamento e Regulação do Igam, **Marley Caetano de**
15 **Mendonça**; Assessora de Planejamento da Semad, **Natália Milagre Razan**;
16 representante de notório saber indicado pelo Governador, Patrícia Helena
17 Gambogi Boson; Representantes dos Servidores do Igam - **Maria Regina**
18 **Cintra Ramos**, titular; **Michael Jacks de Assunção**, suplente;
19 Representantes das Entidades Cíveis Ambientais - **Alice Lorentz de Faria**
20 **Godinho**, titular; **José Castro Procópio**, suplente; Representantes dos
21 Usuários de Recursos Hídricos - **Paulo Emilio Guimarães Filho**, titular;
22 **Carlos Alberto Santos Oliveira**, Suplente; Representantes das Entidades
23 Técnico-Científicas – **Wilson Akira Shimizu**, titular; **Carlos Alberto de**
24 **Freitas**, Suplente. Na qualidade de convidados participaram as seguintes
25 pessoas: **Célia Maria Brandão Fróes e Regina Greco**. Assuntos em pauta.
26 **1) ABERTURA.** O Secretário Nalton agradeceu a presença dos
27 Conselheiros, esclarecendo que essa é a primeira reunião ordinária do
28 Conselho de Administração em 2016, e que será empossado o novo conselho
29 porque o mandato anterior termina com o mandato do Governador. **2)**
30 **POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS.** Assim sendo, o Presidente do
31 Conselho deu posse aos membros natos e aos designados que procedera a



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

32 assinatura do Termo de Posse. 3) **COMUNICADO DOS**
33 **CONSELHEIROS.** Não houve comunicados. 4) **EXAME DA ATA DA**
34 **REUNIÃO REALIZADA EM 23 de dezembro de 2014.** Ata aprovada
35 com abstenção de Wilson e de Alice Lorentz. Foi aprovada a inversão da
36 pauta do item 5 para o item 9. 9) **RETORNO DO PEDIDO DE VISTA.**
37 **DELIBERAÇÃO SOBRE RECURSO DA AGB PEIXE VIVO**
38 **CONTRA DECISÃO DA DIRETORIA GERAL DO IGAM.**
39 **RELATIVO À GLOSA DE RECURSOS UTILIZADOS NO ÂMBITO**
40 **DO CONVÊNIO 137101041410.** Breno Esteves Lasmar fez uma breve
41 contextualização dos fatos, sendo que já havia elaborado resumo executivo,
42 que foi disponibilizado como material de apoio para essa reunião. **Patrícia**
43 **Boson** "Vou pedir a permissão dos Senhores Conselheiros para descrever
44 um pouco, para fazer um pequeno desabafo, porque eu acho que é
45 importante para o cenário sobre o qual o tema se assenta. O primeiro deles
46 seria um desabafo sobre uma certa frustração profissional. Para fazer esse
47 desabafo eu preciso dar um dado pessoal meu para ficar muito claro que eu
48 estou aqui nesse desabafo não querendo diminuir nenhuma formação
49 profissional. Eu sou esposa de desembargador de Estado, sou filha de um
50 jurista, sou sogra de uma procuradora do tribunal de contas do Estado e sou
51 mãe de um grande advogado. Não estou aqui diminuindo nenhuma
52 profissão. Mas eu não posso deixar de **DEIXAR** muito claro registrado, a
53 minha frustração durante esses mais de 30 anos na área de meio ambiente e
54 recursos hídricos, onde eu vejo a função de engenheiro ambiental, e aí torno a
55 função de normatizar. Cada dia mais o engenheiro ambiental, e não na formação
56 explicar engenhar no sentido de engenharia, fazer gestar e não na formação
57 da engenharia. E cada dia mais a questão ambiental é menos do biólogo, é
58 menos do geólogo, é menos do engenheiro, é menos de qualquer técnico
59 científico e cada vez mais do advogado. Nas empresas os profissionais mais
60 bem pagos na área de meio ambiente é o advogado. Porque ele vai às
61 reuniões que antes eram discussões claramente técnicas sobre a melhor
62 técnica para preservar a vegetação ou para contornar o impacto ambiental,
63 lembro-me disso muito bem, na época que a Semad era ali ainda na Prudente



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

64 de Moraes, e hoje a discussão é entre o artigo tal, a norma tal, o jeito de
65 burlar, o jeito de interpretar e o jeito de fazer. Então quer dizer, isso causa-
66 nos uma frustração absurda. A forma é muito mais importante do que o
67 resultado. Não importa o resultado ambiental, não importa o resultado pra
68 gestão de recursos hídricos. Se não obedeceu a forma está incorreto. Isso é
69 muito frustrante, eu inclusive estou agora em campanha pra ver se os
70 conselhos profissionais, CREA, de Biologia e tudo, não tente resgatar esse
71 espaço que nós perdemos paulatinamente, tanto pra gestão ambiental, tanto
72 para gestão de recursos hídricos. Quero aqui citar um exemplo, que pra mim
73 é ícone, e fico até lamentando porque é uma herança passada, não tem nada
74 a ver, secretário com a administração atual, pelo contrário. Inclusive o
75 Secretário Geraldo tem se empenhado profundamente pra resolver o
76 problema. Mas não posso deixar uma questão ícone. Desde 2009, senhores
77 estamos em 2016, uma empresa tenta regularizar, ou seja, coisa de
78 interesse do órgão ambiental, que é ter o empreendimento regularizado,
79 tenta regularizar uma PCA de 60 anos e outra de 80 anos e não consegue.
80 Não consegue porque não atende ao artigo tal, não sei o que tal, que exige
81 audiência pública, todos já morreram, por óbvio, que uma tem 60 e outra
82 tem 80 que está implantada. Não resolveu porque exige agora pauquera que
83 vem da lei 2012 e o pedido foi em 2009, ou seja, os gestores ambientais da
84 URCs não estão fazendo gestão ambiental. Estão lendo leis, normas, estão
85 verificando se o carimbo está no lugar certo, se a assinatura está posta da
86 maneira correta. Porque eu pergunto? Qual é para o bem ambiental é ter
87 essas PCHs licenciadas, regularizadas ou ficar obedecendo a normas?
88 Então isso está muito frustrante. Eu fico assim, realmente desgastada com
89 relação a essas questões. Outro ponto que faz parte desse cenário e um
90 desabafo é o desproporcional sistema de controle desse país, em relação ao
91 sistema executor. É um absurdo o que esse país vive. Eu não acredito que
92 nenhum dos Senhores, que estão estão nas Secretarias ou órgãos, durmam
93 sossegados diante do excesso de controle que vocês têm de fazer. Vocês não
94 decidem por medo. Deixam de fazer coisas que precisam ser feitas por medo.
95 Ficam morrendo de medo de serem chamados dez, quinze, vinte anos depois



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

96 e aí não faz. Nós temos um sistema gente, em que quem faz está sujeito a
97 erros, porque só erra quem faz, quem faz está sujeito a erro dez a quinze
98 vezes mais do que quem só está ali pra achar pelo no ovo. A função do sujeito
99 com salários acima de 20, 30 mil reais é achar coisa errada em quem fez.
100 Ele não tem outra função, então para se justificar ele acha, acha. Porque
101 não. Eu ganho 30 mil pra achar coisa errada em quem fez, eu vou achar
102 coisa errada. É claro que vou. Basta olhar com lupa. É claro que eu vou
103 achar. Então isso está virando também um caos. Um absurdo. Ninguém
104 consegue fazer mais nada nesse país. Os congressistas têm de olhar com
105 cuidado essa questão. Isso ficou de uma maneira tão desproporcional, tão
106 absurda, que a gestão pública está totalmente engessada. Eu assisti a uma
107 palestra em que um estudioso disse que o ministério de meio ambiente gasta
108 com cada um de seus técnicos, isso antes de remeter a resposta para a AGE,
109 quase sessenta por cento do tempo respondendo a quesitos do ministério
110 público. Ao invés de fazer gestão ambiental, fica respondendo a quesitos do
111 Ministério Público. Hoje lá melhorou porque eles remeteram a resposta
112 para a Advocacia Geral da União. É o que aqui deveria ser feito também.
113 Para poder deixar os engenheiros, os biólogos, os geólogos fazerem gestão
114 ambiental. E não gestão de normas, gestão de carimbos, gestão de
115 assinaturas e seja lá de que lado que for. Então dito isso, esse é o cenário
116 que tudo isso aqui foi posto. Esse é o cenário. Não importa se o combustível
117 foi usado para gestão da bacia hidrográfica, isso não tem a menor
118 importância. O que importa é que a rubrica X não está de acordo com o
119 carimbo Y, não está de acordo com a assinatura Z. É Isso é que está
120 importante. Porque ficou tão claro e evidente que não houve por parte do
121 poder pública nenhuma desconfiância sobre o mau uso desse recurso, que
122 ele continuou pagando. Você não empresta dinheiro pra quem você
123 desconfia que está usando mal ou que está usando errado, então isso é
124 improbidade administrativa. Se eu, administrador público, sei que você está
125 usando mal o meu dinheiro, se eu continuo te dando dinheiro, é por que eu
126 estou agindo de má fé. Então com a certeza disso foram os repasses. E não
127 importa se isso normalmente, formalmente legalmente pode ser feito. Eu falo



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

128 sobre a questão material. Se eu continuei te repassando, e porque eu tenho
129 a certeza de que não houve desvio. Não foi má fé. Não foi mal utilizado esse
130 dinheiro. Tenho a certeza disso. Houve foi erro de rubrica, erro de
131 administração, erro de forma e não erro efetivamente de má fé e de conteúdo
132 então é sobre isso que nos estamos falando. Eu chamo a atenção de tudo que
133 o Breno já falou, e eu então não vou repetir, os nossos argumentos
134 fundamentais, eu queria chamar a atenção de alguns dados aqui, nós
135 estamos falando de uma despesa de cinco mil reais. De uma gestora que
136 trabalha por ano com 33 milhões de reais. Uma gestora que aplicou, nesse
137 mesmo ano que recebem 33 milhões de reais 27 milhões de reais. Então nós
138 estamos falando de 5 mil reais. Isso é um erro de forma, não é um erro de
139 conteúdo. Porque quem trabalha com 33 milhões de reais, vai fazer má fé
140 em relação a 5 mil? Tendo a oportunidade de mexer de má fé com 33 com 27
141 milhões? Então não é erro de material, é erro de forma simplesmente. A
142 Peixe Vivo já recebeu até hoje 188 milhões de reais para poder trabalhar,
143 desde o dia em que ela foi instituída, 188 milhões, já empenhou 90 milhões,
144 e recebeu a nota 9,9 em 10 da agencia nacional de aguas, pela forma como
145 ela conduz e aplica o seu dinheiro. Então nós estamos falando de uma
146 burocracia equivocada e que a mim me parece, sabiamente já corrigida por
147 esse governo, Secretario. Na medida em que retornou para os órgãos
148 ambientais a administração financeira. Deu a ele o próprio controle. Porque
149 se eu vou analisar uma coisa que eu não entendo, eu vou exigir na forma da
150 lei. Se eu for analisar uma coisa que eu sei como é que trabalha, eu vou
151 saber exatamente do que é que estou falando. Não vai ser um processo
152 burocrático simplesmente, mas vai ser um processo analítico inteiro. Eu vou
153 tratar do conteúdo e da forma ao mesmo tempo. Se esse sistema de controle
154 fosse inteligente, nós não estaríamos com as manchetes de jornais hoje
155 postas. Nós teríamos outras manchetes de jornais. Eu vou até repetir aqui
156 uma frase do rei da desburocratização, que é o Bresser: "Quanto mais
157 burocracia mais controle, mais corrupção pela busca de saída não ortodoxa
158 para conseguir facilidade onde existe dificuldade. O controle está é na
159 transparência e não no é jeito de fazer, é na publicação dos atos, e na forma



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

160 de acessar quem está fazendo, o que. Está é na transparência, o controle
161 não está no burocrata, não, está é na transparência”. Outra coisa eu queria
162 chamar a atenção desse ponto é: diante de um volume de dinheiro tão
163 grande que a AGB Peixe Vivo trabalha, a pergunta seria? Porque não paga
164 logo esses 5 mil e vamos acabar com isso? Nós vamos referendar a forma
165 equivocada, nós vamos dar valor a um recibo, a um jeito de apresentar, é
166 não o que efetivamente foi feito. Nós vamos colocar sob juízo pessoa que
167 sabidamente todo mundo sabe muito bem o quanto se dedica para aquela
168 bacia, tanto trabalha em prol daquela bacia, às vezes sem atitude do próprio
169 órgão na medida em que apesar disso ele continuou repassando dinheiro,
170 depois desses processos, tanto tempo depois. A gente não pode aceitar. E
171 termino fazendo uma pergunta. Eu gostaria de saber se a resolução ou a
172 aprovação pelo CERH de uma medida em que até retroagiu sobre a forma
173 de apresentação de contas relativo aditórias ou não sei bem o que, não já
174 responde ou não dá guarida para essa questão que estamos discutindo aqui?
175 Faria um pedido Secretário: Que a secretaria trabalhasse numa norma, e
176 aí eu sou engenheira, não sou advogada, das poucas da família, a maioria
177 é; uma norma em que regulamentasse a relação cobrança, entidades de
178 legatária, delegação, repasse de dinheiro e aplicação de dinheiro da
179 cobrança. Não é possível que a gente siga essa 866 sabidamente burra, até
180 sob o ponto de vista sustentável horrrosa; estou tentando até melhorar a
181 condição de se fazer licitação sustentável pela 866 é impossível fazer
182 licitação sustentável. Você não pode comprar bens e produtos sustentáveis
183 em detrimento de ferir 866, enfim, é uma lei sabidamente burra. A entidade
184 é delegada a ela porque ela é de direito privado, se for pra ela fazer igual o
185 público faz, a delegação é só um pulso transaccional a mais, você só delega,
186 porque lá você pode fazer diferente. Era necessário ter uma norma para dar
187 segurança e sossego para vocês de que esse repasse seja realmente
188 repassado para uma entidade privada para ela privadamente aplicar. E isso
189 não quer dizer que é sem controle, com os controles devidos, a partir da
190 transparência, participação dos comitês, que ficam ali em cima, vendo como
191 as coisas são aplicadas, etc., etc. Então eu peço encarecidamente a todos os



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

192 *conselheiros que aprovem o nosso pedido de vistas e que não aprovem essa*
193 *glosa, por conta de que pra mim, isso que nós estamos fundamentando e*
194 *sustentando todo conceito do sistema de gestão de recursos hídricos, hoje*
195 *responsável pela aplicação do dinheiro da cobrança pelo uso da água, sem*
196 *riscos de contingenciamento. É uma coisa que as pessoas não sabem: se o*
197 *dinheiro for público numa situação de carência financeira, feito a que nos*
198 *estamos vivendo agora no poder público o contingenciamento é*
199 *automaticamente feito. E aí o dinheiro não vai para a bacia. Estando com*
200 *as agencias privadas esse dinheiro mesmo que não seja aplicado naquele*
201 *ano, ele fica lá no banco, rendendo para ser aplicado em um momento*
202 *oportuno. É disso que estamos falando. Então ao desconsiderar,*
203 *desqualificar, desrespeitar uma delegatária, o que nós estamos fazendo é*
204 *colocar em risco uma aplicação direta na bacia hidrográfica, como está*
205 *sendo feito hoje pelas delegatárias. Que fica salva do contingenciamento, e*
206 *fica salvo daquela coisa do ano que passa, quando não se aplica tem que*
207 *voltar para o tesouro público. A única forma é essa. Os legisladores da Lei*
208 *13.199 e 9.4, mais da 13.199, não é Dra Fátima? porque foi ela que previu*
209 *em lei a delegatária. A 10.881 veio muito tempo depois da 13.199, eles*
210 *foram brilhantes em relação a isso. Quer dizer, se a cobrança não é um*
211 *imposto, é uma coisa decidida em colegiado, o colegiado é que aplica. E o*
212 *salvo dessa questão são as delegatárias. Enfraquecer as delegatárias,*
213 *admitindo hipótese como essa, é dar um tiro no sistema de gestão de*
214 *recursos hídricos, tal como está posto. Precisa de aperfeiçoamento, como a*
215 *lei e a norma que estamos pedindo aqui, sim precisa de outros*
216 *aperfeiçoamentos como garantia de manutenção dos comitês, maior*
217 *institucionalização dos comitês dentro da máquina pública, sim. Mas nós já*
218 *estamos num caminho muito avançado. E uma aprovação de glosa feito essa*
219 *é um retrocesso, é um enfraquecimento, a um modelo que eu acredito, e que*
220 *eu acho que muita gente acredita que eu acho estar dando certo, dando boas*
221 *respostas para a gestão de recursos hídricos em Minas Gerais e no País. “É*
222 *isso, obrigada.”* **Maria de Fátima** responde ao questionamento sobre a
223 *norma aprovada no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, não se aplica*



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

224 no presente caso, por se tratar de convênio, e aquela norma específica foi
225 para tratar da análise de prestações de contas dos contratos de gestão.
226 Segundo ponto importante é o que trata da regulamentação do artigo da Lei
227 13.199, no que diz respeito à questão das agências e entidades equiparadas.
228 É uma lacuna identificada nessa Lei e o Igam está trabalhando internamente
229 nesta questão. O Dr. Breno Lasmar que é o responsável pela área, já
230 apresentou uma proposta, que está sob minha análise. Diz que espera que
231 esse decreto consiga abarcar nossas expectativas porque acreditamos como
232 Igam é o SEGGRH funcionando com todos seus entes: entidade gestora, Igam,
233 Conselho, as agências ou entidades equiparadas, que representam nosso poder
234 descentralizado e participativo nas bacias. Consolidada, a proposta deverá
235 ser submetida à análise da CTIL e posteriormente essa minuta será
236 encaminhada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para sua
237 aprovação.
238 **Carlos Alberto**- da Federação da Agricultura – Fala que também pediu
239 vistas. A primeira delas é o seguinte: são 4 prestações de contas, 3 foram
240 aprovadas, a última foi glosada. Diz que participou dos trabalhos
241 desenvolvidos na bacia do rio Para, que não devemos perder de vista que
242 estamos tratando de comitê de bacia hidrográfica, entidade que infelizmente
243 em Minas Gerais não atingiu o ponto que gostaríamos. Minas Gerais tem
244 uma dívida de sangue do CBH. Fala que tomou conhecimento que o comitê
245 do rio Paraopeba não tem plano de bacia e tantos outros, que os comitês de
246 bacias estão longe do ideal que a gente imaginou com a lei das águas e a lei
247 estadual. Quem conhece a Região Greco sabe que ela é aplicada nesse
248 aspecto, e vi o trabalho que ela fez para estabelecer aquela discussão na
249 cobrança pelo uso da água. Diz que fica perturbado quando ele vê utilizando
250 um excesso de burocracia absolutamente dispensável, Então por essa razão
251 eu peço que votem pela aprovação do nosso parecer de vistas. **Alice**
252 **Godinho** – Movimento Pro Rio Todos os Santos e Mucuri e do Comitê da
253 Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Mucuri. Diz que a fala da
254 Patrícia veio me trazer uma alegria imensa porque ao chegar nesse Conselho
255 minha preocupação em acabar com o excesso de burocracia existente nesse



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

256 país, nesse estado que está atrapalhando as pessoas de se dedicarem ao
257 trabalho fundamental. O respeito que eu tenho pelos conhecimentos e pelo
258 fervor que a Patrícia tem, me dá uma satisfação enorme de termos a mesma
259 ideia a respeito de assuntos tão importantes pra todos nós. E agora com a fala
260 do Carlos Alberto eu gostaria também de aprovar a proposta da Peixe Vivo.
261 Conselheiro **Wilson Shimizu** – Representante das instituições de ensino
262 técnico científica. Parabeniza a Patrícia pela sua exposição em defesa do
263 bom funcionamento do nosso sistema, porque eu venho debatendo sobre isso
264 temos tido desvio de foco nas nossas atividades, nos nossos programas, dos
265 nossos órgãos e a gestão dos recursos hídricos tem perdido a efetividade.
266 Acho que a Patrícia foi no ponto, a gente pega nos detalhes mínimos, mais
267 rigorosas do que está escrito na lei e perde o foco da finalidade. Porque existe
268 o sistema, quais são as tarefas que estão colocadas, e a gente não consegue
269 avançar. Conversava com a Dra Fátima, de que isso reflete também nos
270 comitês. Na medida em que órgão gestor não tem, ele perde a capacidade
271 técnica, se atrapalha nessas questões para poder tocar o seu dia a dia perde a
272 capacidade de fazer a gestão, de dirigir, de orientar os comitês, de estimular.
273 E aí nós temos uma realidade que o Carlos acabou de falar, quase todos os
274 comitês já com mais de uma década, sem plano, cobrança e enquadramento.
275 Solicita que constasse na ata, literalmente essa fala da Patrícia. Acolho o
276 recurso da AGBPV. O **Presidente** assegura que a transcrição será feita. –
277 **Procópio** – Instituto Guaicuy, agradece a Patrícia pela sua fala. Eu chamo
278 muitas vezes a gestão pública de gestão por relatório. Infelizmente tem sido
279 isso. Calhamaço de fotos, de árvores bonitamente plantadas e cinco anos
280 depois vai lá não existe nenhuma. Só existe uma entidade delegatária, porque
281 o estado não cumpriu sua função. Fala do mau uso do recurso público criou
282 um tal FHIDRO, porque é assim que a gente vê fora dos órgãos de gestão.
283 Pergunta o que aconteceu com o dinheiro e também do contingenciamento
284 do recurso da cobrança e dos atrasos do repasse que aconteceu de várias
285 formas e que agora regularizou. Fala que o comitê do Velhas está mais
286 avançado ao atender o ao chamamento da lei de recurso hídricos e criou os
287 subcomitês. **Michael** suplente representando os servidores do Igam, dá os



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

288 parábens para Patrícia pela sua fala, alega que os analistas do IGAM, não
289 pegam simplesmente a prestação de contas sem saber do que está tratando.
290 Eles são capacitados para isso e que esse processo seguiu um rito
291 institucional. Ressalta que esse 5 mil e pouco foram gastos com despesa em
292 combustível para abastecer doze carros diferentes. Alerta de que deve-se
293 tomar o cuidado para esse conselho não se tornar uma instância para se burlar
294 a legislação, Porque foi comprovado por análise técnica e jurídica que não
295 houve contratação dessa despesa. E ele, pede a manutenção da decisão da
296 diretoria do IGAM, de manter a glosa. **Patrícia Boson** rebate essa fala
297 dizendo que *ninguém aqui está propondo fazer coisas ilegais. A proposta é*
298 *interpretar a lei dentro da razoabilidade em que deve ser interpretada uma*
299 *lei burocrática. Ninguém está propondo ser ilegal, e ninguém está se*
300 *propondo ser membro de um Conselho para referendar ilegalidades. Acha*
301 *inclusive, que isso ofende as pessoas que aqui foram convidadas*
302 *voluntariamente para participar desse Conselho. Célia Fróes* – Diretora
303 Geral da AGB Peixe Vivo - se manifestou fazendo breve narração dos fatos.
304 Parabeniza o Igam pelo resumo que foi feito. Fala que a Peixe Vivo é
305 entidade equiparada para exercer as funções de agência do Comitê do Para
306 Que em 2011 receberam recursos do IGAM, via FIDRO para fazer a
307 secretaria executiva do comitê. E com esse recurso, nós demos condições ao
308 comitê de se operacionalizar. Em uma parceria muito boa entre o IGAM, o
309 comitê e a agência, partiram para fazer mobilização para implementar a
310 cobrança na bacia. Foram mais de 40 reuniões, que a presidente do comitê
311 vai ter a oportunidade de falar, e ao longo de 2011 e 2012, primeiro semestre
312 de 2012. Para que essas reuniões ocorressem, nós fizemos um, contratamos
313 o serviço de um posto de combustível.
314 Se teve erro foi formal, o plano de trabalho e o objetivo maior que era a
315 mobilização foi cumprido. Pede que os Conselheiros aproveem o recurso, que
316 aproveem com ressalvas, para que no futuro não repita esses erros de forma.
317 **Regina Greco** alegou que não houve desvio de dinheiro, ou de recurso
318 público. Muitas das reuniões ocorreram dentro da própria cidade de
319 Divinópolis. Afirma que a moto, as camionetes e veículos particulares não



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

somam doze veículos, somam no máximo cinco, seis veículos. O que realmente a preocupou muito foi de que o formato da apresentação da papelada, dos relatórios, era de uma forma. E de repente, nessa prestação de contas criou-se outra forma, mas não comunicaram essa forma. Fala que o objetivo maior foi atendido e que o contrato de gestão já foi aprovado desde junho de 2014 e aguardando o Igam firmar o contrato para iniciar a cobrança na bacia do rio Pará.

Michael alegou que quando disse que esse Conselho pode virar um palco de burlar a lei, o que tentou dizer é que esse assunto caberia ao ordenador de despesa, não sabe se teria que chegar até aqui para ser deliberado. Disse que sua maior preocupação é disso se tornar corriqueiro. Colocada a matéria em votação foi aprovado o recurso da AGB Peixe Vivo, com um voto contra e cinco abstenções. Abstiveram-se de votar Maria Regina, Marlei Caetano de Mendonça, Breno Esteves Lasmar, Fátima Chagas, Fernanda Roveda.

Patrícia Boson solicita o registro de seu voto em ata: *“A favor do recurso e desse recurso eu não posso admitir, quero que isso fique registrado em ata, que eu estaria aqui para fazer o papel leviano de ficar abrindo exceções e aprovando qualquer coisa que vier na minha mão. Isso aqui foi muito bem discutido, muito bem analisado e muito bem defendido. Eu não vou admitir ilações a respeito do meu caráter.”* **Natalia** pede registro de sua fala “Diz que como assessora de planejamento vota em manter a glosa. Fala que não consegue entender o ponto de vista de tudo que falou, mas que estudou 4 anos de administração pública, que não é nem engenheira ou advogada, mas não pode furtar dos deveres de servidora”

6) APRESENTAÇÃO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO IGAM EM 2014 7) APRESENTAÇÃO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO IGAM EM 2015 8) APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE 2016.

Fernanda Roveda fez uma apresentação do exercício financeiro do Igam relativo a 2014 e 2015. Considerando que na reunião de 2014 o mês de dezembro não foi aprovado, foi apresentado novamente o ano de 2014 e o de 2015. Em 2014 o Igam totalizou quatorze milhões, quatrocentos e vinte e três mil, setecentos e sessenta e seis reais, e



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

352 o recurso da cobrança pelo uso da água, foram trinta milhões e sessenta mil.
353 Respondendo a indagação de Patrícia Bóson, **Fernanda** explica que a
354 compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, 50 % é para o
355 FHIDRO, 50% para o Sistema Estadual de Meio Ambiente. A SEMAD faz
356 essa distribuição, e aloca conforme a necessidade de cada órgão. Foi
357 destinado ao IGAM, no organismo quatro milhões e setecentos. Foi
358 solicitado pela Conselheira **Patrícia Bóson** que se registrasse em ata a sua
359 observação: “Que em média, uns sessenta milhões arrecadados, dos trinta
360 milhões, só quatro foi para a gestão de recursos hídricos. E o recurso
361 chama: *Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos*.
362 *Que fique registrado.*” **Fernanda** explica que esse recurso só é vedado a
363 utilização para pagamento de folha e de dívida, portanto, esse recurso está
364 sendo destinado para o Sistema Estadual de Meio Ambiente. **Moacir** sugere
365 que nas próximas reuniões não se coloque trinta milhões, senão a leitura fica
366 equivocada. Mediante essa observação é importante destacar: sessenta
367 milhões que foram arrecadados, trinta para o FHIDRO, trinta para o
368 SISEMA. E dentro desses trinta somente cinco para o IGAM. Que os
369 recursos recebidos pelo Igam é cinco milhões e não trinta. **Fernanda**, explica
370 que são coisas distintas. Cobrança pelo uso da água é distinto da
371 compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Para esse ano,
372 foi separado do orçamento do Igam, do organismo da cobrança. A
373 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS
374 HÍDRICOS é recurso arrecadado pela União e transferido aos Estados pelas
375 áreas inundadas para geração de energia elétrica. **Patrícia** – A informação é
376 relevante pelo seguinte: O Estado de São Paulo que tem valor absoluto
377 maior que o nosso. 100% do recurso é para os recursos hídricos 100%. Aqui,
378 50% é para a SEMAD, os outros 50 só Deus sabe. 50 são para a SEMAD,
379 desses 50 a SEMAD destina menor parcela para a gestão de recursos
380 hídricos. Então eu estou falando é: Estado de São Paulo valor absoluto
381 muito maior. 100% é para a gestão de recursos hídricos. Aqui é 50 para a
382 SEMAD e desses 50 menos de 20 para o IGAM. **Fernanda** conclui dizendo
383 que a cobrança pelo uso da água foi trinta milhões e nesse recurso, entrou pelo



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

384 caixa do Estado e ele é 100% repassado para as agências de bacia. **Patrícia**
385 – *Mais uma ressalva, que talvez se repita para os outros anos, que também*
386 *a gente tem de prestar atenção. Oito milhões dos quatorze milhões, ou seja,*
387 *mais da metade, advém do setor privado que paga pela outorga. Isso não é*
388 *orçamento do Estado para o IGAM. É pagamento pelo serviço do setor*
389 *privado, que paga pelo serviço. E outra, a cobrança pelo uso da água, que*
390 *também é do setor privado representa trinta milhões que é o dobro de todo*
391 *dinheiro que o IGAM recebe. Então quer dizer, é só para deixar registrado*
392 *assim, porque nós temos que aqui como Conselheiros batalhar para esse*
393 *orçamento do IGAM aumentar.* Na apresentação dos recursos recebidos em
394 2015, **Fernanda** mostra que houve um aumento na arrecadação de 65%.
395 Informa também sobre uma nova receita advinda do Programa Pró Gestão,
396 que é um programa de financiamento aos projetos pela ANA aos Estados. O
397 Igam por ter cumprido as metas do programa recebeu uma parcela no valor
398 de setecentos e cinquenta mil. Mostra no gráfico que orçamento aumentou.
399 Nesse ano foi de quinze milhões e duzentos mil, e o recurso da cobrança
400 arrecadado foi trinta e dois milhões e cem. Nas demais receitas do Igam,
401 constata-se uma evolução total de 16% em relação a 2014 e 2015. Já na
402 cobrança pelo uso da água, há uma evolução em função de aumento de
403 usuários e de aumento da cobrança em novas bacias. Vinte e nove milhões,
404 trinta milhões e trinta e dois milhões fazendo um aumento de 6,7%,
405 respectivamente em 2013, 2014 e 2015. Foi apresentada a despesa ao longo
406 dos anos de 2013 a 2015. Todo recurso executado, incluídos programas e
407 convênios. Depois de apresentadas às despesas empenhadas e executadas
408 totalizam-se quatorze milhões gastos pelo IGAM em 2014, distribuídos por
409 itens, e o repasse da cobrança, vinte e um milhões. **Patrícia Bóson-** *O gráfico*
410 *tem de ser visto assim, quer dizer, não é que o IGAM está gastando só com*
411 *pessoal. É que a receita só dá pra isso. Então, qualquer outra coisa ali, é*
412 *um esforço sobre humano da parte técnica que está lá. Como se diz, feito o*
413 *que o Carlos Alberto fez boas críticas, mas com um orçamento desses,*
414 *impossível. Nós temos que nos mobilizar e trabalhar é pela questão*
415 *orçamentária. Acompanhar lá na Assembleia Legislativa a votação, na*



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

416 época do Itamar Franco, orçamento da SEMAD era de 2% da arrecadação
417 do Estado. O que era muito pouco, hoje é meio. Ou seja, nas gestões
418 passadas todas, inclusive com lideranças ambientalistas à frente, o
419 orçamento foi caindo assustadoramente. Esse novo Governo herdou um
420 orçamento de meio. Diminuir é fácil para Secretaria da Fazenda, mais meio,
421 mais um. Tem de ser por pressão popular, lá na Assembleia Legislativa.
422 Então a gente tem de aprender também a se mobilizar pela coisa certa.
423 **Fernanda** informa que o planejamento é feito através de estimativa da
424 receita e fixação da despesa. Acha importante os esforços para se aumentar
425 a receita. Quanto às despesas de 2015, Fernanda informa que permanece a
426 mesma característica, ou seja, em 2014 o Igam entre receitas de esforço
427 próprio e transferência financeira totalizou quatorze milhões, de despesa
428 quatorze e quatrocentos, teve despesas de quatorze e seiscentos. Então aí
429 fechou com um déficit de cento e setenta e oito mil. Em 2015 houve uma
430 pequena recuperação que gerou um superávit de duzentos e quatro mil.
431 **Fernanda** faz a apresentação do orçamento para 2016. Foram citadas as
432 ações e os produtos a serem executados. Ao se referir a Projetos e Programas
433 para a Gestão dos Recursos Hídricos – Regularização de Usuários, Breno
434 explicou que existe uma descrição de compreensão por parte da SEPLAG
435 em alguns produtos, alguns projetos desses que não necessariamente
436 refletem o objetivo macro daquele projeto ou daquela atividade. Citou como
437 exemplo que quando se pega a ação 4591 que é de gestão participativa, apoio
438 ao Conselho, colegiado de modo geral, que eles descreveram como comitê
439 de bacia apoiado. Só que o comitê é um ente só que vai receber apoio. Ainda
440 deve-se apoiar o Conselho Estadual, as agências de bacia e várias outras.
441 Ocorre que essa descrição que vem no produto, ela não necessariamente
442 reflete todo o escopo da atividade que vai ser desenvolvida. Então nos
443 formulários de caracterização desses projetos, dessas atividades, se consegue
444 dar um detalhamento maior, deixando claro o que se espera de cada uma
445 dessas ações. **Patricia Boson** – Não tem jeito de pedir a SEPLAG para
446 mudar? Por que isso é ruim para o Igam. Um relatório desses que vai lá pra
447 fora alguém maliciosamente fala que o Igam define como pesquisa, projeto e



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

448 *programa regular o usuário que é uma função precípua como órgão*
449 *regulador? Diz que a vazão não representa nem de longe pesquisa, projeto*
450 *e programa de gestão. Se é assim que vai para a Assembleia Legislativa fica*
451 *até difícil brigar para aumento de orçamento. Diante de tanta necessidade*
452 *de estudo e necessidade de pesquisa e sendo regulação um ato precípua da*
453 *existência do próprio órgão. **Natalia** propõe que na proposta orçamentária*
454 *de 2017, que se elabora em julho e agosto e é encaminhado para a assembleia*
455 *em setembro, que faça a revisão desses produtos. O Secretário alega que fica*
456 *a sugestão para que o próximo seja feito dessa maneira. **Fernanda** informa*
457 *também que o orçamento foi aprovado em janeiro e 30 dias depois foi*
458 *aprovado o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, o Decreto*
459 *46.949/2016. Esse Decreto limita a execução dos órgãos. No orçamento que*
460 *foi planejado em dez milhões e novecentos, o Igam foi limitado a gastar três*
461 *milhões e seiscentos. E no recurso da cobrança que sabe-se que é um recurso*
462 *que deve entrar e sair do Igam, que é só intermediador desse recurso, ele foi*
463 *limitado a 22 milhões. Esse decreto tem um dispositivo que fala que havendo*
464 *a necessidade justificada de uma execução maior do limite estipulado, pleitos*
465 *devem ser feitos à câmara de orçamento e finanças. Esses pleitos serão*
466 *realizados ao longo do ano à medida que a execução vai acontecendo.*
467 *Colocada a matéria em votação **Patrícia Bóson** diz: “Eu aprovo com*
468 *ressalvas”. Ressalvas relativas a nomenclaturas e relativo ao valor que é*
469 *muito aquém das necessidades do Estado, e mais do que da necessidade do*
470 *Estado, e aí está uma coisa preocupante, da responsabilidade do Estado que*
471 *fornece água para todos os Estados vizinhos. que nossas necessidades nós*
472 *temos uma responsabilidade nacional muito importante. Inclusive como*
473 *mote, Secretário, até pra buscar recurso nacional suplementar. Deixando*
474 *inclusive pra isso uma referencia que é 0,75% da compensação financeira*
475 *pelos usos de recursos hídricos pagos pelas hidrelétricas representa*
476 *cobrança pelo uso da água. De acordo com a Lei 13.199, a cobrança pelo*
477 *uso da água no Estado de Minas Gerais tem que vir pra bacia aonde ele foi*
478 *arrecadado. A Lei 9.433 diz que prioritariamente, e lá eles definiram como*
479 *prioritário como último lugar. Eu recomendo uma consulta a AGE sobre*



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

480 esse recurso que é apropriado pela agência nacional de águas, a ser
481 distribuído por todo Brasil, e que, no entanto, é arrecadado pelo Araguaari,
482 com três barragens, ou quatro, Nova Ponte, Capim Branco I, Capim Branco
483 vocês recebem de quatro barragens. O São Francisco não, os outros, vários
484 recebem em território mineiro, e mais do que território mineiro, águas
485 mineiras, rios estaduais e que é importante esse dinheiro. Não digo nem que
486 isso reflita no retorno 100%. Mas isso pode refletir numa negociação mais
487 equânime, mais justa para com o Estado de Minas Gerais em relação a esse
488 recurso, podendo aí aumentar o orçamento do IGAM para as ações em prol
489 da gestão de recursos hídricos. Eu aprovo, mas com essas ressalvas. O
490 Presidente declara aprovado com ressalvas da Conselheira Patrícia Bóson.
491 **5) REALIZAÇÕES DO IGAM NO EXERCÍCIO DE 2015.** A Diretora –
492 Geral, **Maria de Fátima Chagas** fez um alerta ao Conselho sobre a questão
493 dos recursos humanos do IGAM. Segundo informações do RH, o órgão tem
494 cento e oitenta e dois funcionários no total, já incluindo o novo concurso que
495 trouxe alguns hidrometristas para suprir o quadro. E desses cento e oitenta e
496 três servidores, cento e dois estão atuando efetivamente no IGAM. Os outros
497 estão em outras entidades, em outros órgãos. Incluindo os servidores que
498 ficam no interior. Dos cento e três servidores dezesete são de ensino
499 fundamental e médio, ou seja, a turma que faz medições de vazão. Tem
500 oitenta e seis profissionais de ensino superior que estão nas regionais e no
501 IGAM em Belo Horizonte. Destes, oitenta e seis tem quinze administradores,
502 doze advogados, doze geógrafos, nove engenheiros, (agregando todas as
503 engenharias), três hidrogeólogos, dois meteorologistas. Alega que o órgão
504 carece de profissionais da área social, porque quem lida com comitês de
505 bacia, tem que entender o conceito da gestão participativa. Na questão da
506 informação, tem uma analista com cargo comissionado. Respondendo a
507 Patrícia Bóson, informa que o IGAM não tem área meio. O IGAM trabalha
508 com duas Diretorias técnicas: de Apoio aos Comitês de Bacia, a Diretoria de
509 Pesquisa e Desenvolvimento e Monitoramento das Águas, os Núcleos
510 Regionais, a Auditoria Seccional, a Procuradoria, e também a Coordenadoria
511 da Secretaria Executiva do FHIDRO. O Igam tem a linha de fortalecimento



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

512 dos comitês de bacia. No ano passado apoiou financeiramente os Comitês de
513 Bacia com seiscentos e dez mil reais, sendo que quinhentos mil para
514 estruturação e cem mil na secretaria dos próprios comitês. Diante de
515 problemas nas prestações de contas, por orientação da SEMAD, do
516 Procurador e do Secretário, foi indicado a suspensão desse tipo de convênio.
517 Nos comitês onde não tem cobrança, essa questão de estruturação dos
518 comitês, está sendo feita via Igam. Deverão ser feitas cinco ou seis
519 implantações, onde inclui secretaria, espaço físico, além de cuidar das
520 viagens de todos os comitês de bacia. Informa que alguns comitês preferiram
521 devolver o recurso no âmbito desse convênio. Apresentou dados sobre a
522 participação do IGAM em Comitês, Câmaras e Conselhos, assim como um
523 breve quantitativo de participações nessas reuniões. Tem assento no
524 Conselho Nacional, no Conselho Estadual e apóia tecnicamente o Conselho
525 Estadual de Recursos Hídricos, nas normas, nas deliberações e coordena
526 alguns grupos de trabalho, participa das plenárias de comitês. Em 2015
527 participou de três reuniões do Conselho Nacional, duzentas e dezesseis
528 plenárias de comitês estaduais, trinta reuniões de comitês federais, quarenta
529 câmaras técnicas federais e trinta e seis estaduais. Em termo de Planos de
530 Recursos Hídricos Fátima Chagas informa que encontram-se adiantados
531 estudos e recursos para elaboração dos Planos das bacias do Rio Paraopeba,
532 Mucuri, São Mateus, Bacias do Leste, Alto São Francisco. **Patrícia Boson**
533 *esclarece que o atraso do plano da bacia do Paraopeba é por culpa do*
534 *comitê em mais de seu 80%. Então não podemos, porque o Carlos Alberto*
535 *falou aqui, então é preciso de corrigir. Não foi o Igam passado, nem é esse*
536 *Igam que tem culpa no atraso do Plano do Paraopeba. O atraso do Plano*
537 *do Paraopeba se deve quase que exclusivamente ao comitê de bacia do*
538 *Paraopeba. E aqui me abstenho de nominar.* **Fátima Chagas** diz que PN1,
539 PN3, GD8 e GD7 estão em fase de elaboração. Outros estão em fase de
540 aprovação nos comitês de bacia, conforme preconiza a política Estadual de
541 Recursos Hídricos. Falou sobre o monitoramento de qualidade das águas.
542 São quinhentos e noventa e cinco pontos de monitoramento, dos quais,
543 quinhentos e quarenta e três da rede básica, quarenta e quatro pontos da rede



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

544 dirigida e cento e quarenta e seis pontos de água subterrânea. Há uma
545 contratação do SESI/CETEC para realização dos trabalhos de campo, de
546 coleta, e exames laboratoriais. É um laboratório que tem todas as referências
547 nacionais e internacionais. A coleta que é feita mensalmente. Um caso
548 específico, é que esse ano em função do desastre da Samarco, medições
549 foram diárias para controle de qualidade da água, em doze pontos da bacia
550 do rio doce; no sentido de acompanhar a questão dos rejeitos, como é que
551 estava a qualidade de água, que iniciou logo no primeiro dia com uma
552 turbidez de seiscentos e oitenta mil unidades. Agora já passou a fazer
553 quinzenal, porque há um cenário tendencial de vários dos parâmetros que já
554 estão dentro do limite da regularidade, da classe dois da DN do COPAN e
555 da própria DN do CERH e da 357, da Resolução CONAMA. Esse
556 monitoramento é feito para o Rio das Velhas e para o Rio Doce. Emite-se
557 para o Comitê do Rio das Velhas relatórios mensais específicos sobre a
558 questão de ciano/bactérias. No resultado da qualidade de água do Estado,
559 pode-se ver que continua a questão de predomínio da qualidade média.
560 média qualidade da água em termos de IQA. São mais de sessenta
561 parâmetros monitorados. No que diz respeito ao IQA, os piores cenários de
562 qualidade da água, estão exatamente na Bacia do Velhas, no Para e no
563 Parapoeba. É analisada também a questão de contaminação por tóxico, mais
564 uma série de parâmetros de metais, e onde esses parâmetros são analisados,
565 a percebe-se que a contaminação por tóxico evoluiu. O Igam também
566 monitora, os radares meteorológico, onde funciona um Sistema de
567 Hidrometeorologia do Estado de Minas Gerais, o SIMGE. Atua com apenas
568 dois meteorologistas, mas que são altamente qualificados. Esse trabalho
569 serve também de apoio à Defesa Civil na definição de áreas de sua atuação.
570 O radar de Mateus Leme é de propriedade da CEMIG. O Igam opera e passa
571 as informações para a CEMIG. As equipes de hidrometristas fazem a
572 manutenção das máquinas, dos equipamentos etc. O radar do São Francisco
573 em Almenara é do CEMADEN, que é o Centro de Estudos de Desastres
574 Naturais, do Governo Federal, e está em discussão pelo CEMADEN o radar
575 do Triângulo, por controle orçamentário, eles ainda não investiram. *Patricia*



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

576 – E isso é da maior importância, porque todos os estudos que a gente lê
577 sobre mudanças climáticas, os reflexos da variabilidade principalmente das
578 chuvas, que serão sempre mais intensas, com curta duração e muito volume,
579 refletem o impacto sobre as cidades de uma maneira absurda. Inclusive já
580 modificando o transporte, questões de segurança, então quer dizer, é um
581 serviço que o IGAM presta à sociedade como um todo, na medida em que
582 ela pode evoluir isso em convenio com a Defesa Civil, etc., isso é da maior
583 importância. Fora a questão também da segurança de barragens, tem muito
584 a ver também com esses movimentos climáticos variáveis. Hoje a séries
585 histórias dos últimos anos, modificaram muito em termos de comportamento
586 estatísticos. **Fernanda** sugere trazer para as próximas reuniões do Conselho,
587 informações sobre a execução dos recursos do FHIDRO, que totalizam quase
588 vinte milhões para operação do radar, monitoramento da qualidade da água,
589 que é o contrato com o SENAI e alguns contratos de Plano Diretor. São 5
590 milhões de operação do radar, 10 milhões para o monitoramento, em torno
591 de dois milhões de Plano Diretor. Fátima, diz que se preocupa em termos de
592 orçamento, porque esses recursos tanto da rede de monitoramento e do radar
593 são do FHIDRO. E isso é um serviço que o IGAM sempre deverá prestar, e
594 o FHIDRO tem prazo, mesmo que se postergue, isso tem que estar no
595 orçamento do IGAM. **Patrícia** – *Diz que existe muito recurso internacional*
596 *e que o Igam tem de ficar alerta para oportunidade de melhorar o serviço,*
597 *de atender o serviço, nessa linha de adaptação de estação climática urbana,*
598 *nas cidades, via esses fundos, que estão, dizem que estão disponíveis e que*
599 *falta bons projetos.* **Fátima** falou também sobre a Deliberação Normativa
600 nº49 do CERH/MG, que versa sobre declaração de escassez hídrica. Através
601 do monitoramento, o Igam acompanha a vazão onde ocorrem os estados de
602 alerta normal, atenção e por último estado de restrição. O Igam ao declarar
603 restrição de uso, faz um esforço de publicar as portarias, restringindo os
604 limites da outorga anteriormente aprovada para os usuários, e ainda notificar
605 da publicidade. É um trabalho que tem de ser feito e o compromisso é de
606 publicação semanal, disponível no site do Igam **Fátima Chagas** fala também
607 da necessidade de universalizar as plataformas automáticas de dados. Que



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

608 em Minas Gerais a cobertura de rede hidrométrica boa, mas automatizado
609 em tempo real são poucas. No ano passado foram instaladas algumas, nos
610 rios Velhas e Paraopeba para acompanhar a crise hídrica na região
611 metropolitana e outras no norte de Minas. Essas estações foram cedidas pela
612 ANA, através de acordo de cooperação. Diz que pra 2016, essa questão ficou
613 colocada como ação prioritária de Governo, pois monitoramento da
614 qualidade e da quantidade da água, com medições em tempo real, exige um
615 trabalho de medir o nível do rio, transformar o nível em vazão e fazer
616 estatísticas e para isso é necessário um técnico gabaritado para tal, o
617 hidrólogo. Falta esse profissional na equipe do Igam. Dificuldades também
618 com o Sistema de Informações. Esse ano, com muito esforço, o cadastro de
619 usuários de água do Estado foi adequado ao CNARH nº40, que é o sistema
620 da ANA. Falou da importância dessa conexão já que a ANA é responsável
621 pelo Sistema Nacional de Informações, o Igam pelo Sistema Estadual, e os
622 comitês pelo sistema no contexto da bacia. Em Pesquisa e Desenvolvimento
623 o Igam atua no apoio às SUPRAM quando requisitado na análise de
624 outorgas, e participa das discussões de gestão compartilhada no Paraíba do
625 Sul e São Francisco. O FHIDRO executou em 2015 mais de 80%. Há várias
626 críticas ao FHIDRO na assinatura dos convênios, e ao identificar essas
627 lacunas, o Igam está fazendo uma revisão da legislação, onde já solicitou as
628 sugestões dos comitês no sentido de realizar um Workshop interno com o
629 objetivo de apresentar uma proposta de alteração do Decreto do FHIDRO.
630 **Fátima Chagas** diz que a Lei 21.972, traz um Igam mais moderno, que essa
631 Lei foi sancionada em janeiro, e alguns decretos ainda estão em transição,
632 dentre eles o que trata da estruturação do Igam. **Fátima** fala também do
633 Programa Cultivando Água Boa. Ele foi definido como um programa de
634 governo, e a SEPPLAG coordenava o programa até outubro de 2015. Através
635 da SEPPLAG e do Secretário Sávio Souza Cruz foi passado a coordenação
636 desse programa para o Igam. É um programa municipalizado, onde o Igam
637 terá que fazer uma engenharia institucional de remodelar o programa,
638 adequar essa lógica da municipalização para a lógica dos comitês de bacia e
639 construí-lo de forma a pegar financiamento porque existe alguns recursos no



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

640 PPAG, mas é muito pouco. O Igam já começou a delinear o termo de
641 referencia e a concepção do programa nessa lógica pra fazer um Workshop.
642 O fórum dos comitês tem assento e algumas Secretárias e órgãos de Estado
643 também. Foi dado destaque ao Plano de Segurança Hídrica sobre o qual está
644 sendo feito um diagnostico. O Igam está definindo as estratégias de
645 segurança hídrica para o Estado com a consultoria do professor Carlos
646 Eduardo Morelli Tucci consultor de renome internacional, que deverá
647 finalizar até julho onde constarão as estratégias de segurança hídrica
648 permitindo assim executar efetivamente o Plano Estadual de Segurança
649 Hídrica. **Maria de Fátima** retoma sobre a Lei 21.972, no seu artigo 12 que
650 dispõe sobre o Igam e os ganhos que o decreto sobre o mesmo traz. Um deles
651 foi a retorno da outorga para o Igam. Entende-se que só tem sentido a
652 outorga quando você tem plano, cobrança, enquadramento, plano estadual,
653 plano de bacia. A lógica dos instrumentos de gestão de recursos hídricos
654 previstos em lei, são sinérgicos. Não teria sentido, eles serem tratados em
655 casas diferentes. Há um projeto tramitando na Assembléia propondo a
656 criação das Diretorias de Administração e Finanças, Operações de Eventos
657 Críticos, Planejamento e Regulação e Apoio aos Comitês, onde a proposta
658 do Igam baseia-se na lógica institucional e instrumentos. A Diretoria de
659 Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
660 deixaria de ser a diretoria só de apoio aos comitês, mas sim no sistema,
661 conselheiro, comitês, conselho estadual, agencias e as articulações. A
662 Diretoria de Planejamento e Regulação vai cuidar dos instrumentos técnicos,
663 outorga cobrança, planos. O instrumento que ficaria com a Diretoria de
664 Operações de Eventos Críticos, é o sistema Estadual de Informações. Porque
665 ele é transversal, é onde estão os dados, é onde estão os hidrometristas, o
666 monitoramento, a previsão de tempo e clima. Estão sendo discutidos os
667 detalhamentos para esse decreto de competência, que é a regulamentação da
668 lei, com essa lógica. Diz que precisa agora de pessoal, de infraestrutura e
669 orçamento. E também uma agilidade do que se pode fazer dentro da
670 legalidade da questão de pessoal. **ASSUNTOS GERAIS - Alice Godinho,**
671 diz que a despeito de sua idade, se recusa terminantemente a perder a



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

672 esperança. Agradece por estar nesse Conselho e espera de alguma maneira
673 contribuir de uma forma efetiva para a melhoria das questões ambientais.
674 Tem duas intenções nesse Conselho: primeiro conseguir mudar a enorme
675 burocracia que existe no Brasil e aqui em Minas Gerais. Acredita tratar-se
676 de uma herança portuguesa. Trabalha com o Igam há seguramente uns
677 dezesete anos, e já observou com certeza alguns avanços, mas também
678 muitos retrocessos. Diz que isso às vezes desanima. Sua outra intenção é a
679 necessidade de trabalhar para o fortalecimento do IGAM. Lembra que os
680 funcionários do IGAM, sem recursos, sem área meio, sem uma legislação
681 adequada, a despeito de tudo isso, também não a deixaram perder a
682 esperança. Agradece a oportunidade de estar aqui, solicita a todos que
683 trabalhem por esse ideal; ou seja, acabar com o excesso de burocracia e de
684 fortalecer o Igam. **Patrícia da os parabéns, acredita que milagre existe. Diz**
685 *que fazer tanto com tão pouco é um esforço só de quem realmente acredita*
686 *na causa e acredita no sistema. Diz que também não desistiu. Natalia –*
687 Alega que a responsabilidade de representar os colegas do Órgão neste
688 colegiado é muito grande. Diz da necessidade de seguir as regras e que a
689 política de meio ambiente e a política pública de modo geral influencia o
690 trabalho, não tem como fugir às normas estabelecidas. Agradece a
691 oportunidade. Não havendo outros assuntos a ser tratado o Secretário
692 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Nalton Sebastião Moreira da Cruz

696 Secretário de Estado Adjunto, no exercício do Cargo de Secretário de
697 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do
698 Conselho de Administração do Igam

701 **Maria de Fátima Chagas Dias Coelho**
702 Diretora Geral do Igam
703



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

704

705

José Guilherme Ramos

706

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

707

708

709

Fernanda Roveda Lacerda Costa

710

Superintendente de Planejamento, Orçamento e Finanças da Semad

711

712

713

Breno Esteves Lasmar

714

Diretor de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de

715

Recursos Hídricos do Igam

716

717

718

Marley Caetano de Mendonça

719

Diretor de Planejamento e Regulação do Igam

720

721

722

Natália Milagre Razan

723

Assessora de Planejamento da Semad

724

725

726

Patrícia Helena Gambogi Boson

727

Representante de notório saber indicado pelo Governador

728

729

730

Maria Regina Cintra Ramos

731

Representante dos Servidores do Igam - Titular

732

733



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

734	Michael Jacks de Assunção Representante dos Servidores do Igam - Suplente
735	
736	
737	
738	Alice Lorentz de Faria Godinho Representante das Entidades Cíveis Ambientais - Titular
739	
740	
741	
742	José Castro Procópio Representante das Entidades Cíveis Ambientais – suplente
743	
744	
745	
746	Paulo Emilio Guimarães Filho Representante dos Usuários de Recursos Hídricos – titular
747	
748	
749	
750	Carlos Alberto Santos Oliveira Representante dos Usuários de Recursos Hídricos - Suplente
751	
752	
753	
754	Wilson Akira Shimizu Representante das Entidades Técnico-Científicas – titular
755	
756	
757	
758	Carlos Alberto de Freitas Representante das Entidades Técnico-Científicas – Suplente
759	
760	
761	
762	Célia Maria Brandão Frões e Regina Greco Convidada
763	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM
Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM
Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2016

764

765

766

Regina Greco

767

Convidada

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DESPESA REALIZADA POR PROJETO/ATIVIDADE

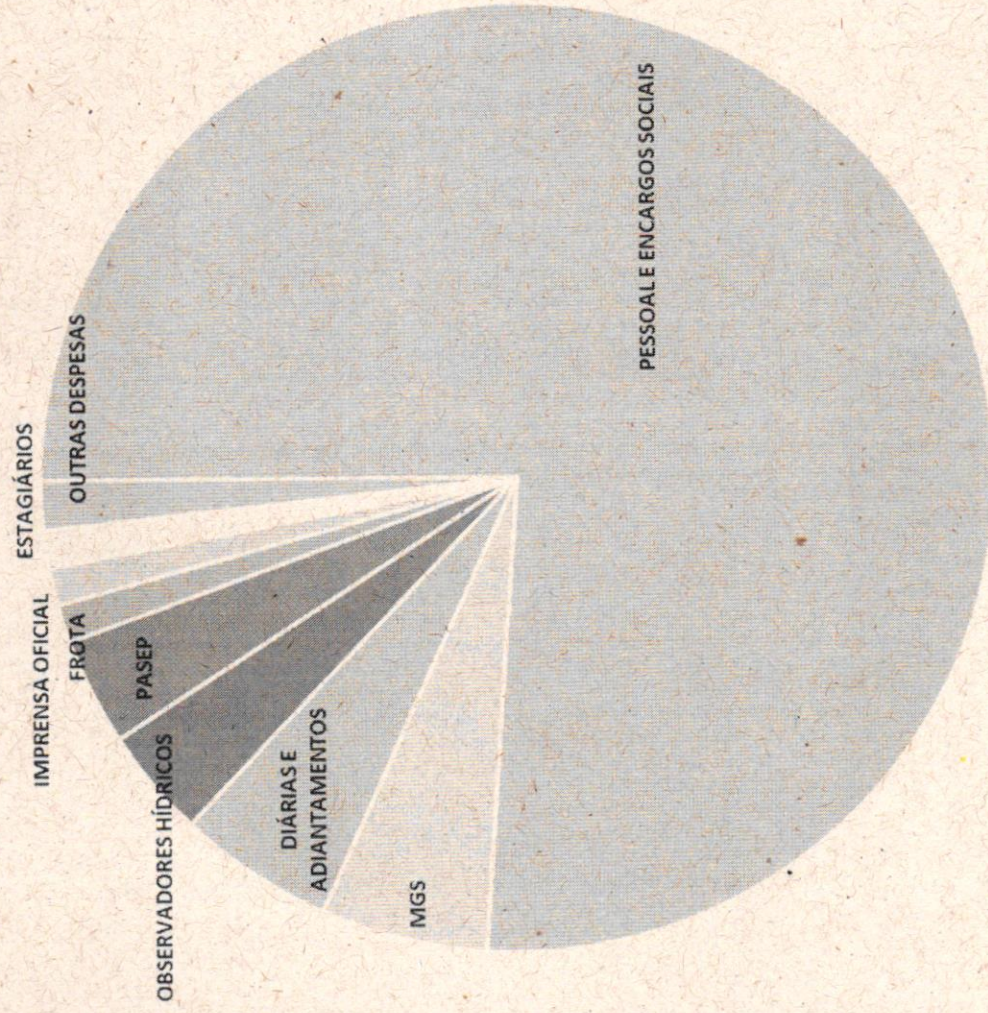
COD.	PROJETO/ ATIVIDADE	CRÉDITO INICIAL	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESA REALIZADA	TAXA DE EXECUÇÃO
2001	DIRECAO SUPERIOR	40.000,00	40.000,00	19.899,16	49,75%
2002	PLANEJAMENTO, GESTAO E FINANÇAS	2.204.865,00	2.443.004,00	2.301.850,30	94,22%
2417	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	10.044.489,00	10.780.365,00	10.495.422,83	97,36%
4027	ELABORACAO DE PLANO PARA CONTROLE E COMBATE AS PERDAS HIDRICAS COM METAS DE REDUCAO EM PERCENTUAIS I	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00%
4379	MONITORAMENTO HIDROLOGICO	2.595.524,00	2.387.940,67	858.227,44	35,94%
4381	GESTAO DA INFORMACAO EM RECURSOS HIDRICOS	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00%
4409	PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HIDRICOS - PRO-AGUA	2.067.800,00	2.067.800,00	43,70	0,00%
4411	PESQUISA, PROJETOS E PROGRAMAS A GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	352.000,00	1.048.583,33	18.550,33	1,77%
4413	GERENCIAMENTO EXECUTIVO PARA IMPLEMENTACAO DOS PROGRAMAS DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS	600.000,00	350.000,00	0,00	0,00%
4419	PACTO NACIONAL PELA GESTAO DAS AGUAS - PROGESTAO	1.000,00	780.822,72	64.925,53	8,32%
4421	PROGRAMA DE ESTIMULO A DIVULGACAO DE DADOS DE QUALIDADE DE AGUA - QUALIAGUA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00%
4590	PLANO DE SEGURANCA HIDRICA	2.000.000,00	1.664.755,00	0,00	0,00%
4591	GESTAO PARTICIPATIVA, APOIO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS, COMITES DE BACIAS HIDROGRAFICAS	540.800,00	540.800,00	245.038,43	45,31%
7004	PRECATORIOS E SENTENCAS JUDICIARIAS	5.000,00	11.000,00	8.598,56	78,17%
TOTAL		21.012.478,00	22.676.070,72	14.012.556,28	61,79%
4505	REPASSE DA COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	46.542.333,00	46.542.333,00	18.262.832,40	39,24%

DESPESA REALIZADA POR ELEMENTO DE DESPESA

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA REALIZADA	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.660.453,71	76,08%
APOIO ADMINISTRATIVO MGS	795.430,59	5,68%
DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS A SERVIDORES	747.389,86	5,33%
OBSERVADORES HÍDRICOS	522.254,76	3,73%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (PASEP, IPTU)	514.811,21	3,67%
MANUTENÇÃO E ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS, DPVAT	181.430,42	1,29%
IMPrensa OFICIAL	178.539,20	1,27%
ESTAGIÁRIOS	178.256,62	1,27%
INDENIZAÇÕES E DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - DEA	99.105,61	0,71%
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	63.836,53	0,46%
TELEFONIA E INTERNET	31.052,84	0,22%
MATERIAL DE REPAROS HIDROMETRIA	28.460,30	0,20%
PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	8.527,51	0,06%
OUTRAS DESPESAS	3.007,12	0,02%
TOTAL	14.012.556,28	100,00%
REPASSE DA COBRANÇA	18.262.832,40	

Fonte: Armazém de Informações SIAFI/MG

DESPEZA REALIZADA POR ELEMENTO DE DESPESA



Fonte: Armazém de Informações do SIAFI/MG

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA ARRECADADA + TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA (A)	DESPESA REALIZADA + REPASSES (B)	SUPERÁVIT (C = A - B)
16.196.442,38	14.012.556,28	2.183.886,10

Fonte: Armazém de Informações do SIAFI/MG



Sisema

Sistema Estadual de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – IGAM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS 2016

Fernanda Roveda Lacerda Costa

Superintendente de Planejamento, Orçamento e Finanças



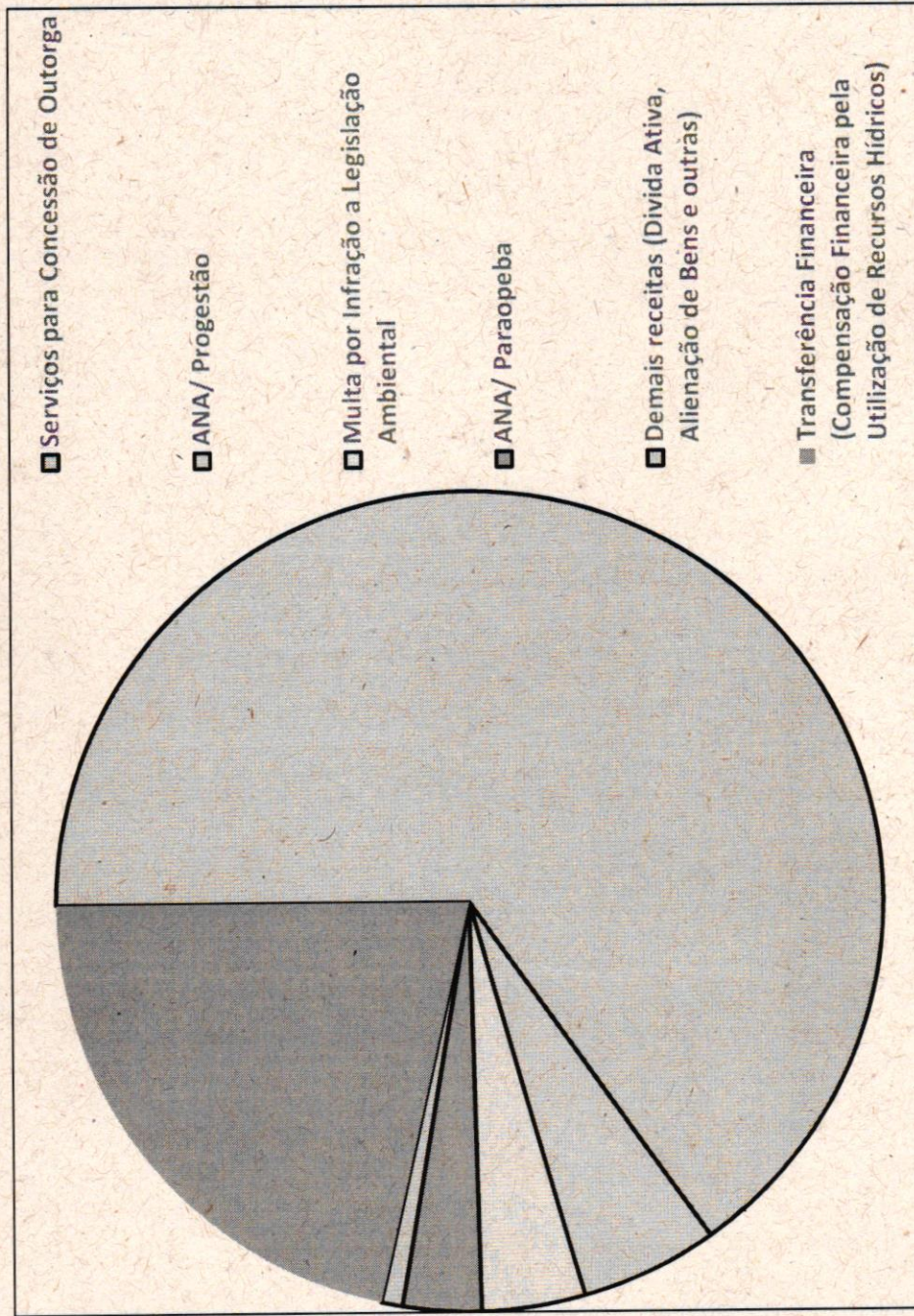
MEIO AMBIENTE
E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

RECURSOS RECEBIDOS

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR (R\$)	%
Serviços para Concessão de Outorga de Uso de Recursos Hídricos	60	10.553.664,72	65,16%
ANA/ Progestão	73	874.590,67	5,40%
Multa por Infração a Legislação Ambiental	60	655.406,29	4,05%
ANA/ Paraopeba	24	500.000,00	3,09%
Outras Restituições	60	38.131,04	0,24%
Remuneração de Depósitos Bancários	24	33.629,49	0,21%
Outras Alienações de Bens Móveis	47	30.700,00	0,19%
Serviços de Estudos e Pesquisas	60	29.037,90	0,18%
Receita da Dívida Ativa Não Tributaria	60	2.574,24	0,02%
Transferência Financeira (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos)	31	3.478.708,03	21,48%
TOTAL		16.196.442,38	100,00%
Cobrança pelo Uso da Água	61	38.483.470,21	

Fonte: Armazém de Informações do SIAFI/MIG

PARTICIPAÇÃO RECURSOS RECEBIDOS



Fonte: Armazém de Informações SIAFI/MG

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA (2014-2016)

CLASSIFICAÇÃO	2014	2015	2016	VARIAÇÃO (2015-2016)
Serviços para Concessão de Outorga de Uso de Recursos Hídricos	8.247.909,47	10.066.390,64	10.553.664,72	4,84%
Agência Nacional de Águas - ANA		750.000,00	1.374.590,67	83,28%
Multa por Infração a Legislação Ambiental	572.128,39	132.250,40	655.406,29	395,58%
Outras Restituições	2.755,83	4.493,88	38.131,04	748,51%
Remuneração de Depósitos Bancários	10.014,15	131.602,69	33.629,49	-74,45%
Outras Alienações de Bens Móveis	16.400,00	48.300,00	30.700,00	-36,44%
Serviços de Estudos e Pesquisas	719.793,13	22.962,65	29.037,90	26,46%
Receita da Dívida Ativa não Tributária	83.662,25	76.067,85	2.574,24	-96,62%
TOTAL	9.652.663,22	11.232.068,11	12.717.734,35	13,23%
Cobrança pelo Uso da Água	30.060.695,52	32.101.705,36	38.483.470,21	19,88%

Fonte: Armazém de Informações SIAFI/MG

DESPESA REALIZADA POR GRUPO DE DESPESA (2014-2016)

GRUPO DE DESPESA	2014	2015	2016	VARIAÇÃO (2015-2016)
Pessoal e encargos sociais	9.122.603,07	10.044.098,32	10.249.312,88	2,0%
Outras despesas correntes	4.636.194,54	4.762.280,63	3.699.406,87	-22,3%
Investimentos	842.982,58	243.489,05	63.836,53	-73,8%
TOTAL	14.601.780,19	15.049.868,00	14.012.556,28	-6,9%
Repasse da Cobrança pelo Uso da Água				
Outras despesas correntes	18.363.780,37	36.667.721,35	17.738.288,39	-51,6%
Investimentos	3.438.806,69	5.627.888,69	524.544,01	-90,7%
TOTAL	21.802.587,06	42.295.610,04	18.262.832,40	-56,8%

Fonte: Armazém de Informações SIAFI/MG



Sistema

Sistema Estadual de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – IGAM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS 2016

Fernanda Roveda Lacerda Costa

Superintendente de Planejamento, Orçamento e Finanças



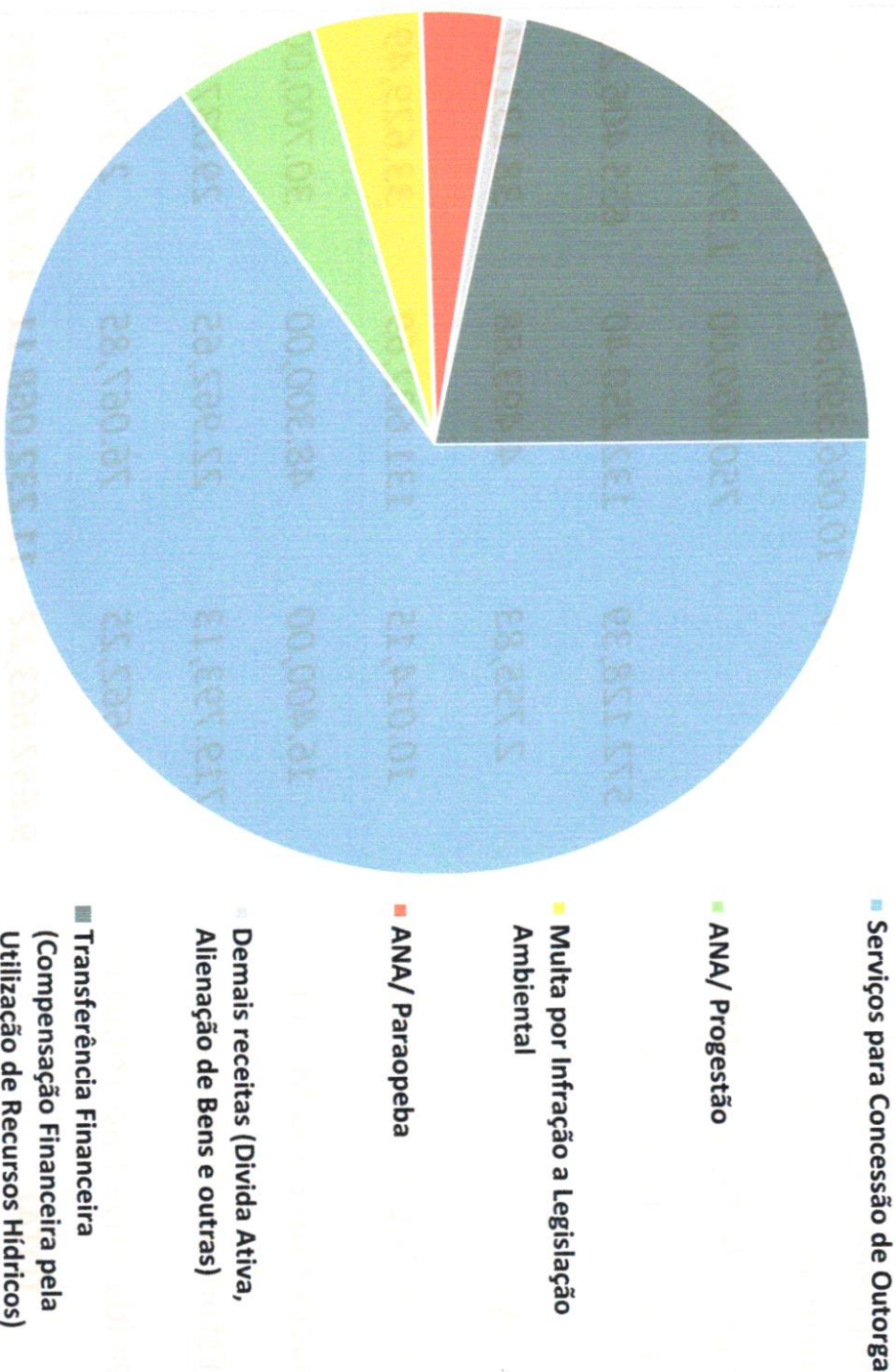
MEIO AMBIENTE
E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

RECURSOS RECEBIDOS

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR (R\$)	%
Serviços para Concessão de Outorga de Uso de Recursos Hídricos	60	10.553.664,72	65,16%
ANA/ Progestão	73	874.590,67	5,40%
Multa por Infração a Legislação Ambiental	60	655.406,29	4,05%
ANA/ Paraopeba	24	500.000,00	3,09%
Outras Restituições	60	38.131,04	0,24%
Remuneração de Depósitos Bancários	24	33.629,49	0,21%
Outras Alienações de Bens Móveis	47	30.700,00	0,19%
Serviços de Estudos e Pesquisas	60	29.037,90	0,18%
Receita da Dívida Ativa Não Tributaria	60	2.574,24	0,02%
Transferência Financeira (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos)	31	3.478.708,03	21,48%
TOTAL		16.196.442,38	100,00%
Cobrança pelo Uso da Água	61	38.483.470,21	

Fonte: Armazém de Informações do SIAFI/MG

PARTICIPAÇÃO RECURSOS RECEBIDOS



Fonte: Armazém de Informações SIAFI/MG

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA (2014-2016)

CLASSIFICAÇÃO	2014	2015	2016	VARIAÇÃO (2015-2016)
Serviços para Concessão de Outorga de Uso de Recursos Hídricos	8.247.909,47	10.066.390,64	10.553.664,72	4,84%
Agência Nacional de Águas - ANA		750.000,00	1.374.590,67	83,28%
Multa por Infração a Legislação Ambiental	572.128,39	132.250,40	655.406,29	395,58%
Outras Restituições	2.755,83	4.493,88	38.131,04	748,51%
Remuneração de Depósitos Bancários	10.014,15	131.602,69	33.629,49	-74,45%
Outras Alienações de Bens Móveis	16.400,00	48.300,00	30.700,00	-36,44%
Serviços de Estudos e Pesquisas	719.793,13	22.962,65	29.037,90	26,46%
Receita da Dívida Ativa não Tributária	83.662,25	76.067,85	2.574,24	-96,62%
TOTAL	9.652.663,22	11.232.068,11	12.717.734,35	13,23%
Cobrança pelo Uso da Água	30.060.695,52	32.101.705,36	38.483.470,21	19,88%

Fonte: Armazém de Informações SIAFI/MG

Sisema

Sistema Estadual de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

DESPESA REALIZADA POR GRUPO DE DESPESA (2014-2016)

GRUPO DE DESPESA	2013	2014	2015	VARIAÇÃO (2015-2016)
Pessoal e encargos sociais	9.122.603,07	10.044.098,32	10.249.312,88	2,0%
Outras despesas correntes	4.636.194,54	4.762.280,63	3.699.406,87	-22,3%
Investimentos	842.982,58	243.489,05	63.836,53	-73,8%
TOTAL	14.601.780,19	15.049.868,00	14.012.556,28	-6,9%
Repassse da Cobrança pelo Uso da Água				
Outras despesas correntes	18.363.780,37	36.667.721,35	17.738.288,39	-51,6%
Investimentos	3.438.806,69	5.627.888,69	524.544,01	-90,7%
TOTAL	21.802.587,06	42.295.610,04	18.262.832,40	-56,8%

Fonte: Armazém de Informações SIAFI/MG

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DESPESA REALIZADA POR PROJETO/ATIVIDADE

COD.	PROJETO/ ATIVIDADE	CRÉDITO INICIAL	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESA REALIZADA	TAXA DE EXECUÇÃO
2001	DIRECAO SUPERIOR	40.000,00	40.000,00	19.899,16	49,75%
2002	PLANEJAMENTO, GESTAO E FINANÇAS	2.204.865,00	2.443.004,00	2.301.850,30	94,22%
2417	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	10.044.489,00	10.780.365,00	10.495.422,83	97,36%
4027	ELABORACAO DE PLANO PARA CONTROLE E COMBATE AS PERDAS HIDRICAS COM METAS DE REDUCAO EM PERCENTUAIS I	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00%
4379	MONITORAMENTO HIDROLOGICO	2.595.524,00	2.387.940,67	858.227,44	35,94%
4381	GESTAO DA INFORMACAO EM RECURSOS HIDRICOS	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00%
4409	PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HIDRICOS - PRO-AGUA	2.067.800,00	2.067.800,00	43,70	0,00%
4411	PESQUISA, PROJETOS E PROGRAMAS A GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS	352.000,00	1.048.583,33	18.550,33	1,77%
4413	GERENCIAMENTO EXECUTIVO PARA IMPLEMENTACAO DOS PROGRAMAS DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS	600.000,00	350.000,00	0,00	0,00%
4419	PACTO NACIONAL PELA GESTAO DAS AGUAS - PROGESTAO	1.000,00	780.822,72	64.925,53	8,32%
4421	PROGRAMA DE ESTIMULO A DIVULGACAO DE DADOS DE QUALIDADE DE AGUA - QUALIAGUA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00%
4590	PLANO DE SEGURANCA HIDRICA	2.000.000,00	1.664.755,00	0,00	0,00%
4591	GESTAO PARTICIPATIVA, APOIO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS, COMITES DE BACIAS HIDROGRAFICAS	540.800,00	540.800,00	245.038,43	45,31%
7004	PRECATORIOS E SENTENCAS JUDICIARIAS	5.000,00	11.000,00	8.598,56	78,17%
TOTAL		21.012.478,00	22.676.070,72	14.012.556,28	61,79%
4505	REPASSE DA COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	46.542.333,00	46.542.333,00	18.262.832,40	39,24%

DESPESA REALIZADA POR ELEMENTO DE DESPESA

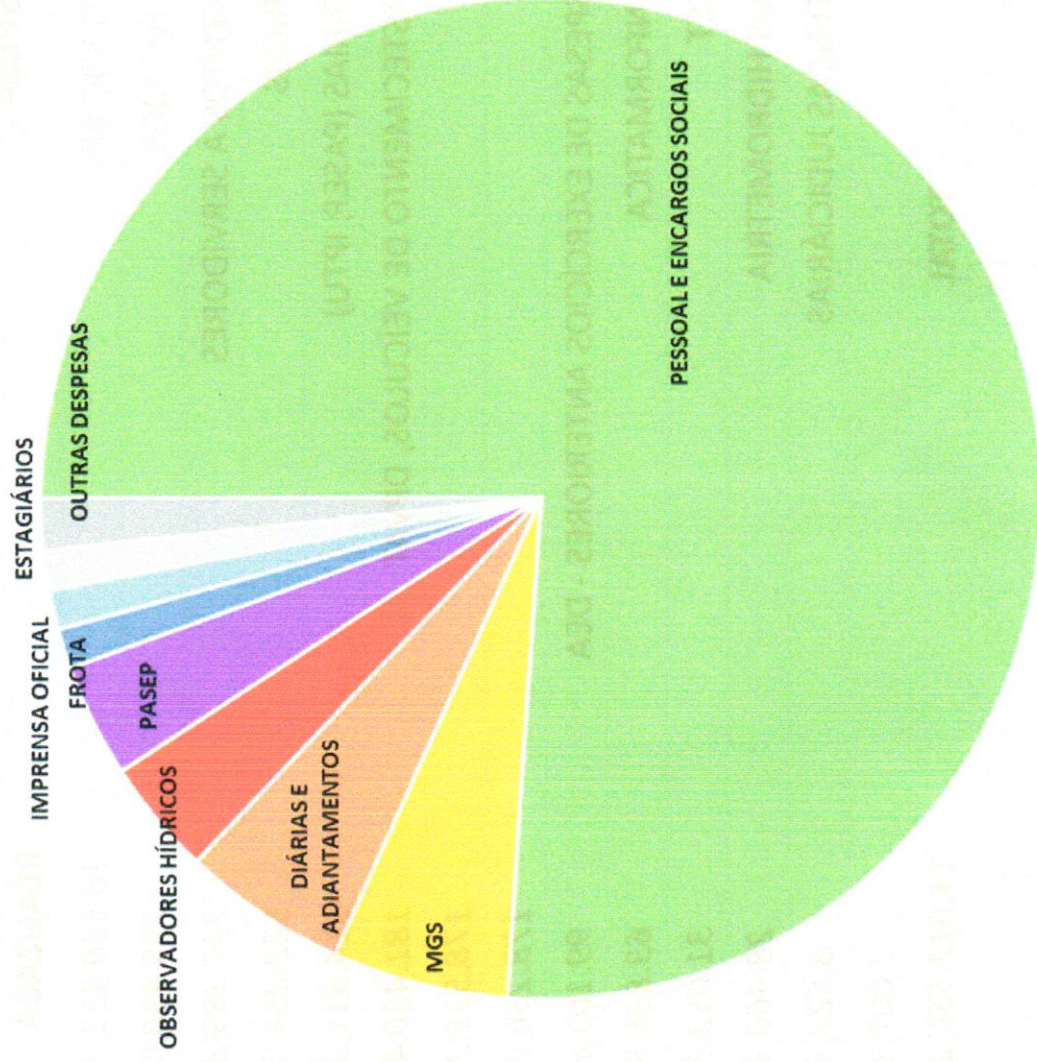
Recebedor prépio
ajustes conforme
Michael

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA REALIZADA	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.660.453,71	76,08%
APOIO ADMINISTRATIVO MGS	795.430,59	5,68%
DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS A SERVIDORES	747.389,86	5,33%
OBSERVADORES HÍDRICOS	522.254,76	3,73%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (PASEP, IPTU)	514.811,21	3,67%
MANUTENÇÃO E ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS, DPVAT	181.430,42	1,29%
IMPRENSA OFICIAL	178.539,20	1,27%
ESTAGIÁRIOS	178.256,62	1,27%
INDENIZAÇÕES E DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - DEA	99.105,61	0,71%
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	63.836,53	0,46%
TELEFONIA E INTERNET	31.052,84	0,22%
MATERIAL DE REPAROS HIDROMETRIA	28.460,30	0,20%
PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	8.527,51	0,06%
OUTRAS DESPESAS	3.007,12	0,02%
TOTAL	14.012.556,28	100,00%

REPASSE DA COBRANÇA	18.262.832,40
---------------------	---------------

Fonte: Armazém de Informações SIAFI/MG

DESPESA REALIZADA POR ELEMENTO DE DESPESA



Fonte: Armazém de Informações do SIAFI/MG

Sisema

Sistema Estadual de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA ARRECADADA + TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA (A)	DESPESA REALIZADA + REPASSES (B)	SUPERÁVIT (C = A – B)
16.196.442,38	14.012.556,28	2.183.886,10

Fonte: Armazém de Informações do SIAFI/MG

Sisema

Sistema Estadual de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM DE 2017

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IGAM

16 de março de 2017



REESTRUTURAÇÃO DO IGAM

Resgate Institucional



Sisema

Sistema Estadual de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

LEI ESTADUAL Nº 21.972, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

Resgate Institucional (artigo 12):

- II – controlar e monitorar os recursos hídricos e regular seu uso;
- IV – outorgar o direito de uso dos recursos hídricos de domínio do Estado, bem como dos de domínio da União, quando houver delegação, ressalvadas as competências dos comitês de bacias hidrográficas e do CERH-MG;
- VIII – fiscalizar as barragens de acumulação destinadas à reservação de água, bem como definir as condições de operação dos reservatórios;
- XI – realizar previsão de tempo e clima;

Fortalecimento Institucional – Criação de novas áreas (artigo 13):

- Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Diretoria de Planejamento e Regulação;
- Diretoria de Operações e Eventos Críticos;
- Diretoria de Administração e Finanças.



LEI ESTADUAL Nº 21.972, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

Processo de Regulamentação e Transição

Processo de Transição (artigo 38):

- Estabelecimento das regras previstas no artigo 36 e implementação da estrutura necessária no âmbito do IGAM;

Normas/regras já editadas:

- Decreto nº 46.967, de 10 de março de 2016: competência transitória para a emissão de atos autorizativos de regularização ambiental no âmbito do Estado, entre eles a outorga (SUPRAMs continuam responsáveis para analisar requerimentos e conceder outorga até que sejam adotadas as medidas previstas nos artigos 36 e 38 da Lei nº 21.972/2016);
- Decreto nº 46.973, de 18 de março de 2016: adequação da estrutura já existente no IGAM; estabeleceu a correspondência em relação aos novos cargos de Diretor da Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e de Diretor da Diretoria de Planejamento e Regulação;



LEI ESTADUAL Nº 21.972, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

Processo de Regulamentação e Transição

Normas/regras já editadas:

- Lei nº 22.073, de 28 de abril de 2016: criou duas novas diretorias no âmbito do IGAM, a Diretoria de Operações e Eventos Críticos e a Diretoria de Administração e Finanças;
- Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 2.401 de 23 de agosto de 2016: estabeleceu o limite de atuação do IGAM para o exercício da competência prevista no artigo 12, no inciso relativo à outorga;
- Lei nº 22.291, de 19 de setembro de 2016: extingue a Fundação HIDROEX e cria, no âmbito do IGAM, os pontos a serem utilizados na criação/efetivação dos cargos de Diretor das duas novas diretorias.

Decreto de Competências do Igam:

- Minuta elaborada aguardado análise da SEPLAG



ORGANOGRAMA DO IGAM

Conselho de Administração

Diretoria Geral

Gabinete

Procuradoria

Auditoria

Assessoria de Programas e Projetos Especiais

Assessoria de Coordenação das Unidades Regionais de Gestão de Águas

Secretaria Executiva do FHIDRO

Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Gerência de Apoio ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Gerência de Apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica

Gerência de Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e Entidades Equiparadas

Gerência de Articulação e Gestão Participativa

Diretoria de Planejamento e Regulação

Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos

Gerência de Regulação de usos de Recursos Hídricos

Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão

Gerência de Estudos e Pesquisas em Recursos Hídricos

Diretoria de Operações e Eventos Críticos

Gerência de Acompanhamento de Reservatórios e dos Sistemas de Infraestrutura Hídrica

Gerência do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos

Gerência de monitoramento Hidrometeorológico

Gerência de Monitoramento da qualidade das águas

Diretoria de Administração e Finanças

Gerência de Planejamento e Orçamento

Gerências de Contabilidade e Finanças

Gerência de Compras e Contratos

Gerência de Logística e Patrimônio

Sistema de Gerenciamento e Recursos Hídricos

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM

- Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Presidente);
- Secretário de Estado de Planejamento e Gestão;
- Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico;
- Secretário de Estado de Fazenda;
- Secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional;
- Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- 1 (um) representante da comunidade acadêmica com sede no Estado;
- 2 (dois) representantes de entidades de classe de profissionais liberais ligadas à proteção do meio ambiente e recursos hídricos;
- 1 (um) representante dos servidores do IGAM;
- 1 (um) representante de entidades civis ambientalistas constituídas no Estado e que comprove participação em órgão colegiado de recursos hídricos;
- 1 (um) representante das entidades estaduais representativas de setores econômicos.



MARIA DE FÁTIMA CHAGAS DIAS COELHO
DIRETORA GERAL IGAM

dgigam@meioambiente.mg.gov.br

(31) 3915 1253



Sisema

Sistema Estadual de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM

[illegible]